

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --****BLOCO I**

Julgue os itens a seguir, de acordo com a Lei n.º 12.846/2013 (Lei de Anticorrupção Brasileira).

- 31 Os dirigentes de empresas privadas são responsabilizados por atos ilícitos contra a administração pública na medida da sua culpabilidade.
- 32 Na aplicação de sanções por atos lesivos contra a administração pública, é levada em consideração a vantagem auferida pelo infrator, e não a sua situação econômica.
- 33 Obter vantagens indevidas a partir da manipulação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública constitui ato lesivo ao patrimônio público.
- 34 O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado à administração pública.
- 35 O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica contra ato lesivo à administração pública deve ser conduzido por comissão composta por pelo menos três servidores estáveis.

A respeito da prevenção e da gestão de riscos de *compliance*, julgue os itens subsequentes.

- 36 Os mecanismos utilizados no processo de lavagem de dinheiro se resumem à colocação dos recursos ilícitos no sistema econômico e à sua ocultação.
- 37 O suporte da alta administração constitui um dos parâmetros de avaliação dos programas de integridade organizacional.
- 38 Os riscos socioambientais não geram danos à imagem organizacional, mas, quando materializados, podem suscitar penalidades por descumprimento da legislação ambiental.
- 39 A definição de regras claras, políticas, códigos, valores e princípios contribui para a implementação da cultura de *compliance* organizacional.
- 40 O risco de *compliance* trabalhista na organização deve ser monitorado com a finalidade de avaliar, por exemplo, as questões de saúde e de segurança no trabalho.

Julgue os itens que se seguem, relativos ao conceito, ao objetivo, à periodicidade e à elaboração das principais demonstrações contábeis previstas na legislação societária e nas normas contábeis brasileiras.

- 41 O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações úteis para a tomada de decisão econômica pelos usuários dessas informações.
- 42 Ao final de cada exercício civil, deve ser levantado o balanço patrimonial do respectivo período.
- 43 A elaboração da demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados é facultativa.
- 44 A demonstração do resultado do exercício, elaborada de forma dedutiva, apresenta resultados abrangentes que afetaram a posição patrimonial dos sócios durante o respectivo exercício.
- 45 A demonstração das origens e aplicações de recursos, extinta pela Lei n.º 11.638/2007, visava demonstrar as modificações na posição financeira da companhia.

Em relação à análise econômico-financeira das entidades contábeis, julgue os itens a seguir.

- 46 A análise econômico-financeira tem por objetivo examinar, a partir de informações passadas, a situação presente e a perspectiva futura de uma entidade.
- 47 Se determinada entidade calcula um indicador de endividamento a partir da divisão de seus recursos de terceiros totais pelo seu patrimônio líquido, então, quando o resultado dessa divisão for igual a meio, haverá equilíbrio entre os capitais que financiam os investimentos da entidade.
- 48 A análise em perspectiva é característica da análise horizontal, ao passo que a análise vertical realiza uma análise estática.
- 49 O índice de liquidez corrente é um indicativo dinâmico da capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo de uma entidade contábil.
- 50 Se uma entidade contábil possui um grau de imobilização dos recursos próprios de 0,75, então, nessas condições, 25% dos ativos circulantes da entidade são financiados com recursos próprios.

Julgue os itens a seguir, a respeito do conceito de auditoria interna, sua missão, seus ramos de atuação e suas modalidades, bem como da natureza do trabalho, do planejamento e da execução dos trabalhos de campo.

- 51 A auditoria interna compreende os exames, as análises e as avaliações estruturados para a avaliação da integridade, da adequação, da eficácia e da eficiência dos processos, com o objetivo de adotar decisões estratégicas para a administração da entidade.
- 52 O planejamento do trabalho da auditoria interna deve ser documentado, mas é desnecessário formalizar todos os programas de trabalho.
- 53 O planejamento do trabalho da auditoria interna deve considerar os fatores relevantes para a sua execução, inclusive o conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade e a natureza dos procedimentos de auditoria a serem aplicados, além de dever abordar as providências tomadas em relação a auditorias anteriores.

Em relação a riscos, materialidade e testes de auditoria, julgue os seguintes itens.

- 54 Os testes de observância realizados para a avaliação do controle interno são executados exclusivamente por meio dos procedimentos de observação e confirmação.
- 55 A análise dos riscos da auditoria interna deve ser realizada na fase de execução dos trabalhos, depois de concluído o planejamento.
- 56 A materialidade, na auditoria interna, refere-se à importância ou relevância dos erros ou omissões identificados nos procedimentos de auditoria, considerando-se o impacto que eles podem ter na tomada de decisão da administração da entidade.
- 57 Os testes substantivos têm como principal objetivo verificar a adequação dos controles internos estabelecidos pela administração da entidade.

No que diz respeito a erros, fraudes, amostragem e normas relativas ao relatório de auditoria, julgue os itens subsecutivos.

- 58** Na auditoria interna, atos intencionais destinados a manipular informações financeiras ou apropriação indevida de recursos da entidade são indicativos de fraude; por sua vez, equívocos não intencionais na elaboração das demonstrações financeiras são considerados erros.
- 59** A população, na auditoria interna, é o conjunto total de elementos que estão sujeitos à avaliação; a amostra, por sua vez, é uma parte representativa da população, selecionada para exame com o objetivo de obter conclusões sobre a totalidade da população.
- 60** O relatório de auditoria interna deve conter informações sobre o objetivo e a extensão dos trabalhos; a metodologia adotada; os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão; eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria; a descrição dos fatos constatados e as evidências encontradas; os riscos associados aos fatos constatados; e as conclusões e recomendações resultantes das constatações.

Relativamente às características gerais do padrão COSO, julgue os itens que se seguem.

- 61** Ambiente de controle é a estrutura da organização sobre a qual se aplicam os procedimentos de controle interno.
- 62** As atividades de controle compreendem políticas e procedimentos relacionados à gestão de riscos e têm a finalidade de garantir que as respostas aos riscos sejam executadas.
- 63** A gestão eficaz de riscos implica um equilíbrio entre exposições a riscos, ganhos e custos.

No que se refere aos principais tipos de controles de riscos, julgue os itens subsequentes.

- 64** A alta administração de uma companhia, ao confrontar os desempenhos atingidos com os desempenhos orçados, realiza uma atividade de controle preventiva.
- 65** Os manuais internos de procedimentos desenvolvidos para uso do corpo de colaboradores de uma entidade contribuem para a gestão preventiva dos riscos.
- 66** A proteção física dos bens de uma entidade permite a detecção dos riscos sofridos por esses bens.

Com relação aos indicadores de fraude e à segregação de funções, julgue os itens a seguir.

- 67** Segregar funções melhora a efetividade dos controles internos.
- 68** Para mitigar o risco de fraudes, o gerente que autoriza as vendas a crédito deve controlar os recebimentos efetivamente realizados.
- 69** Considere-se que um funcionário de uma grande empresa, com mais de 20 anos de serviço, tenha saído em férias nas quais percorreu boa parte da Europa, e que tenha voltado com presentes para todos os colegas de trabalho; considere, ainda, que ele tenha informado, quando de seu retorno, sua mudança de residência para um bairro luxuoso. Nessa situação, estão presentes todos os indícios que comprovam a ocorrência de uma fraude.
- 70** Considere-se que um servidor público, responsável por um processo de compra pública, seja irmão do fornecedor vendedor da licitação; nessa situação, evidencia-se uma fraude no processo.

## BLOCO II

No que diz respeito aos programas de integridade organizacionais, julgue os itens seguintes.

- 71** Uma forma de a alta administração apoiar o programa de integridade organizacional é patrociná-lo perante os públicos interno e externo e solicitar o comprometimento de todos os colaboradores e das partes interessadas.
- 72** Diferentemente do abuso de posição ou de poder em favor de interesses privados, o conflito de interesses não chega a constituir transgressão à integridade organizacional.
- 73** Além de atuar como mitigador de riscos de integridade, a *due diligence* torna possível identificar oportunidades e agregar conhecimento ao nicho de negócio.
- 74** A denominada linha ética proporciona o recebimento de denúncias internas e externas e estabelece mecanismo de proteção capaz de evitar qualquer retaliação à pessoa que utilizar o canal de denúncia organizacional.
- 75** O *background check* encerra-se nas pesquisas de distribuição de ações judiciais e na consulta de processos administrativos e da situação cadastral do quadro societário referentes ao ente com o qual a organização almeja desenvolver relações negociais.

Julgue os itens a seguir, em relação à auditoria de itens do balanço regulados pela legislação societária brasileira, às empresas públicas e à governança corporativa.

- 76** Na auditoria do ativo permanente, deve ser considerada inadequada a existência de saldos identificados em contas relativas a direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade.
- 77** A Lei Sarbanes-Oxley estabelece a necessidade de avaliação e certificação dos mecanismos de controles dos relatórios financeiros, bem como regras para o monitoramento e a supervisão das atividades relacionadas à governança corporativa das empresas, com vistas ao fortalecimento das práticas de transparência e qualidade da informação financeira.
- 78** A legislação societária brasileira permite que a demonstração dos fluxos de caixa evidencie as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, em três fluxos: das operações; dos financiamentos; e dos investimentos.
- 79** Deve ser considerada irregularidade a existência, no balanço patrimonial, de um instrumento financeiro com avaliação obtida a partir de cálculos matemáticos ou estatísticos para a definição do seu valor justo.
- 80** O estatuto jurídico das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, definido em lei federal, se aplica apenas às empresas públicas federais, excluídas, portanto, as estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Julgue os itens seguintes, relacionados a procedimentos contábeis aplicáveis às companhias abertas.

- 81** Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto, as companhias abertas devem, entre outros ajustes, eliminar os efeitos da depreciação e do resultado da equivalência patrimonial sobre o lucro líquido ou prejuízo do período para fins de determinação do valor do fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais.
- 82** Pelo método da equivalência patrimonial, os recursos distribuídos como dividendos pela investida reduzem o valor contábil do investimento registrado como ativo pela investidora.
- 83** De acordo com a legislação societária, as contas representativas de empréstimos concedidos a acionistas por empresas comerciais devem ser classificadas no ativo circulante ou no ativo realizável a longo prazo, a depender dos prazos para que esses empréstimos se tornem realizáveis.
- 84** As demonstrações contábeis consolidadas devem ser elaboradas de modo a refletirem as políticas contábeis adotadas em cada entidade que compõe o grupo econômico.
- 85** O procedimento contábil de redução do custo dos estoques ao seu valor realizável líquido é um indicativo de que o investimento efetuado nos referidos ativos pode não ser mais recuperável.

### BLOCO III

Julgue os itens a seguir, relativos às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

- 86** Dado pessoal é a informação da pessoa natural identificada ou identificável, enquanto sensíveis são os demais dados vinculados à pessoa e não utilizados na sua identificação.
- 87** Para combater a criminalidade, o Ministério da Justiça poderá utilizar lista com dados pessoais levantada por qualquer pessoa de direito privado.
- 88** O triplice apoio para proteção de dados inclui o direito fundamental de liberdade, o direito de privacidade e o livre desenvolvimento da pessoa natural.

Considerando o regime fiscal brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 89** Os *royalties* a serem recolhidos por empresa concessionária contratada para explorar petróleo têm alíquota máxima de 15% sobre o valor da produção do campo.
- 90** A contribuição para PIS/COFINS incide sobre o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, incluídas as ajustadas ao valor presente, quando for o caso.
- 91** As deduções sobre o valor pago da contribuição de intervenção no domínio econômico sobre importação e comercialização de petróleo e seus derivados (CIDE-combustíveis) devem ser feitas por espécie de produto de importado.
- 92** Incide ICMS sobre produto importado especificamente para ser doado a instituição filantrópica.
- 93** O contribuinte do ISS recolhe, no máximo, 5% sobre o preço do serviço.

Considerando as normas de elaboração e acompanhamento do plano anual de atividades das auditorias internas emitido pela Controladoria-Geral da União (CGU), julgue os itens a seguir.

- 94** A CGU é o ente responsável pela divulgação da prestação de contas anual das unidades de auditoria interna singulares da administração indireta do Poder Executivo federal.
- 95** No Poder Executivo federal, pela competência vigente, a Secretaria-Geral da Casa Civil, por meio da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, supervisiona tecnicamente a atividade de auditoria interna da CGU e as de suas controladorias regionais presentes em cada estado.
- 96** O dirigente máximo da unidade auditada é competente para ratificar o plano anual de auditoria interna do exercício de referência.
- 97** O resultado do Programa de Dispêndios Globais e Melhoria da Qualidade dos Gastos deve integrar o relatório anual de atividades de auditoria interna elaborado pela unidade de auditoria interna governamental do ente gestor do programa.

No que concerne à atuação do Estado (como empreendedor) com o propósito de exercer atividades de interesse público, conforme regulamentado pelo Decreto n.º 8.945/2016, julgue os próximos itens.

- 98** É obrigatória a divulgação da remuneração dos conselheiros fiscais das empresas estatais.
- 99** Grupo econômico formado por empresas públicas e sociedades de economia mista — estas dotadas de personalidade jurídica própria — caracteriza conglomerado estatal.
- 100** Sociedade de economia mista pode transformar-se em empresa pública.

**Espaço livre**